

O Engajamento da China nas missões de Paz e para a Estabilidade no Continente Africano: Para Além da Cooperação econômica no Sul Global

China's Engagement in Peace and Stability Missions on the African Continent: Beyond Economic Cooperation in the Global South

El compromiso de China en misiones de paz y estabilidad en el continente africano: más allá de la cooperación económica en el Sur Global

Breno Lukeny Baptista Flor¹

Recebido em: 25 de setembro de 2023

Aceito em: 05 de agosto de 2024

Resumo

O presente artigo pretende analisar o percurso da China para além da cooperação econômica que muito tem se estudado em vários níveis e áreas acadêmicas para trazer uma nova análise nas formas de cooperação, especialmente no campo multilateral, especificamente para a paz e a estabilidade no continente africano, sendo este fenômeno presente nos discursos do presidente Hu Jintao, nas Nações Unidas², em 2005 e o presidente Xi Jinping, em 2020, na cerimônia de abertura na expo internacional chinesa de importação e exportação³. Para isso, pretende-se responder, o porquê da China se engajar na paz e estabilidade em

África? Qual o percurso histórico comum, entre a China e o continente em questão? No entanto utilizou-se uma metodologia mista, que conta com metodologias quantitativas e qualitativas, teórico-explicativas, bem como também exploratórias.

Palavras-Chave: Missões de paz; Cooperação sul-sul; Guerra civil; Cooperação China- África; Paz e estabilidade; ONU

Abstract

This article aims to analyze China's path beyond economic cooperation, which has been studied at various levels and academic areas, and bring a new analysis of forms of cooperation, especially in the

1. Graduado em Relações Internacionais pela PUC-MG, Pós-Graduado em China Contemporânea pela mesma universidade. email:brenobaptista19@gmail.com. Orcid::0000-0002-1806-4489

2. Ver Hu Jintao

3. Ver Xinhua News

multilateral field, specifically for peace and stability in the African continent. This phenomena is present in the speeches of President Hu Jintao, at the United Nations, in 2005 and President Xi Jinping, in 2020, at the opening ceremony of the Chinese international import and export expo. For this, it is intended to answer, why does China engage in peace on the African continent? What is the common historical path between China and the African continent? However, the mixed methodology was used, which has quantitative and qualitative, theoretical-explanatory, as well as exploratory methodologies.

Key Words: Peace missions; South-South cooperation; Civil war; China-Africa cooperation; Peace and stability; United Nations

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el camino de China más allá de la cooperación económica,

que ha sido estudiado en varios niveles y áreas académicas, y traer un nuevo análisis de las formas de cooperación, especialmente en el ámbito multilateral, específicamente para la paz y la estabilidad en el continente africano. El fenómeno estuvo presente en los discursos del presidente Hu Jintao, en las Naciones Unidas, en 2005 y del presidente Xi Jinping, en 2020, en la ceremonia de apertura de la exposición internacional china de importación y exportación. Para ello, se pretende responder, ¿por qué China se compromete en la paz en el continente africano? ¿Cuál es el camino histórico común entre China y el continente africano? Sin embargo, se utilizó la metodología mixta, la cual cuenta con metodologías cuantitativas y cualitativas, teórico-explicativas, así como exploratorias.

Palabras-Clave: Misiones de paz; cooperación Sur-Sur; guerra civil; Cooperación China-África; paz y estabilidad; Organización de las Naciones Unidas

1-Introdução

Falar de ordem global atualmente sem falar da China é na realidade um pano sem fundo. As mudanças substantivas na ordem internacional são visíveis face à participação da China e de outras potências médias emergentes neste processo. Este processo, não é relativamente novo como muitos associam, mas sim desde a fundação da República Popular da China, em 1949. Apesar das circunstâncias que o país atravessava, a China nunca deixou de se solidarizar com os países do Sul Global, enfatizando as suas relações no âmbito multilateral, tendo como prova a sua posição permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Zhang,2010). Por outro lado, a China, teve a necessidade de fortalecer e restaurar as suas fronteiras historicamente ceifadas pelo imperialismo e colonialismo, reafirmando a sua posição na região neutralizando as ameaças externas das grandes potências (Zhang, 2010). Este artigo apresenta uma metodologia mista como abordagem de pesquisa. A metodologia mista combina elementos qualitativos e quantitativos, proporcionando uma compreensão abrangente e holística do fenômeno estudado. Inicialmente, são delineados os princípios

teóricos que fundamentam a escolha dessa abordagem, destacando sua capacidade de integrar diferentes perspectivas e metodologias para responder às questões de pesquisa de forma mais completa. Em seguida, são enunciados os aspectos metodológicos específicos adotados, incluindo tabelas, gráficos, entre outros dados quantitativos e qualitativos. São explorados também os desafios e benefícios encontrados ao utilizar essa abordagem híbrida, enfatizando como ela contribui para uma interpretação mais profunda e robusta da pesquisa. Por fim, são apresentadas as conclusões derivadas da aplicação da metodologia mista, destacando suas implicações para a teoria, prática e futuras pesquisas na área de interesse. O presente estudo ilustra como a metodologia mista oferece uma abordagem metodológica robusta para explorar questões complexas na pesquisa científica. Ao incorporar perspectivas teórico-explicativas e exploratórias, a metodologia mista não apenas amplia a compreensão dos fenômenos estudados, mas também contribui significativamente para o avanço do conhecimento em diversas áreas disciplinares.

O Presidente Chinês Hu Jintao, na comemoração do 60º aniversário das Nações Unidas, em setembro de 2005, Chamou de “construção de um mundo harmonioso, baseado na paz sustentável e na prosperidade comum”, como vemos no seguinte trecho do seu discurso de abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas:

Defender o espírito de inclusão para construir um mundo harmonioso juntos. A diversidade de civilizações é uma característica básica da humanidade e uma importante força motriz por trás do progresso humano. No curso da história humana, todas as civilizações deram, à sua maneira, uma contribuição positiva para o progresso humano geral (HU JINTAO, 2005, adaptado).

Além dos fatores puramente diplomáticos e políticos mencionados acima, não devemos esquecer do ímpeto econômico que a China alcançou nas últimas décadas e a forma que a posicionou no cenário internacional. Na economia doméstica, como afirma Jabbour, Dantas, Espíndola (2020), uma série de reformas nas dinâmicas institucionais foram criadas para que a China se tornasse uma economia de mercado (Jabbour, Espíndola, Paula, 2020), como reformas na propriedade privada, permitindo que os agricultores pudessem vender os seus produtos e os excedentes da produção para o mercado. Por outro lado, as mudanças nos fatores de produção foram cruciais, para que a China pudesse atrair empresas ociden-

tais e capital de investimento para dentro dos variados setores da economia, essa política conhecida como *Bonluan Fanzheng* () (Vogel, 2011) que numa tradução livre, significa “eliminar o caos e voltar ao normal” e os “quatro princípios cardeais”, promulgada por Deng Xiaoping⁴.

Este modelo econômico da China é atualmente classificado como um socialismo de mercado com características chinesas para a nova era (Jabbour, Espíndola, Paula, 2020, P.21), onde o alicerce econômico é um modelo socialista marxista com características extraídas dos períodos imperiais da história da China. Este conjunto de políticas, reconfiguraram uma série de mudanças na China pós-Mao, sendo que estes benefícios econômicos, foram também externalizados no âmbito regional, durante a crise financeira asiática de 1997.

No caso africano, ainda Lin (2011), afirma que no início da década de 2000 particularmente, muitos países africanos atingiram a marca de 5.5% de crescimento do PIB e alguns até 7%, graças a China, com políticas como o *going global* (LIN, WANG, 2017) de conglomerados estatais presentes em quase todo o mundo e a política de dupla circulação⁵. Esses fatores proporcionaram à China uma ascensão no cenário internacional contínuo. No contexto securitário, o excedente de capital permitiu à China alocar o respectivo capital na modalidade de investimentos externos diretos, principalmente nos setores de defesa e segurança. Segundo, esse crescimento econômico, garantiu à China uma posição privilegiada, devido a contribuição em organizações internacionais e não só; também o incremento da sua participação nas missões de paz ao redor do mundo (Peng, Zhao, Luo, 2010).

As relações entre o continente africano e a China já datam períodos remotos, Zheng He (1371–1433 DC) um saudoso Almirante da China Imperial, mais propriamente da Dinastia Ming foi responsável por dirigir expedições que chegaram até Moçambique para fins comerciais e culturais (Levathes, 1997). Nos anos 1950 e 60 a China apoiou veementemente os movimentos de libertação em Angola, ainda que com a ruptura sino - soviética, não deixou de exercer o apoio aos movimentos de libertação com armamentos e financiamentos (Tembe, Kangning, 2013 P.61). Já na Argélia, o

4. Ver Deng Xiaoping

5. Ver Voguel (2011, p.1)

governo da China popular concedeu o reconhecimento do Governo Provisório da República Argelina (GPRA), três dias após a sua proclamação, em setembro de 1958 (Zoubir, 2023 P.58). O seu modelo serviu de base a países como a Tanzânia e Zâmbia (Melber, 2014), fortalecendo de manutenção uma imagem de parceria e solidariedade para com o continente.

O continente africano, vivia um período de instabilidade e afirmação política, fruto da resistência e luta anticolonial, nas décadas de 1950 a 1970 (Allman, 2013) em que culminou em movimentos de independência por todo continente e longos períodos de guerra, levando a migrações forçadas, conflitos étnicos nos estados pós-independência, devido a lacunas contraídas após os longos períodos de colonização, onde, muitos desses estados, foram colocados na condição de relações neocoloniais.

Desta forma, pretende-se responder, por que a China se preocupa com a instabilidade no continente africano? Porque, eventualmente, busca mudar o panorama de intervenções militares no continente? Assim como os países do sul global, porque a China tem mais sucesso em relação aos países tradicionais? O poder ideacional chinês (Nye, 2004) tem surtido efeitos e aumentou o prestígio da China no mundo e no continente? Estas perguntas, estão no eixo de respostas do artigo que irei desenvolver no decorrer do mesmo, impulsionando assim uma outra forma de cooperação da China e do continente africano fora do prisma puramente econômico.

2- Conceituando Estados Falidos, conflitos étnicos e guerra civil

Os conflitos armados após o desfecho da segunda guerra mundial contaram com uma característica distinta aos conflitos tradicionais expostos a este período histórico. Fala-se propriamente em conflitos interestatais com diversos graus no uso da força. Estes conflitos eram motivados por razões multifacetadas e desembocaram em consequências imensuráveis, sem esquecer, do princípio da autopreservação da sua soberania, e um ciclo de edificação das capacidades militares em que os estados eram submetidos quase de uma forma involuntária (Richmond, 2014). Após o período de 1945, surge uma malha de estados recém formados, advindos dos processos de luta de libertação e descolonização no continente asiático e no Médio Oriente e também, através de uma forma negocia-

da entre colônias e ex-colônias por consequência.

Postos estes estados em independência, a disputa pelo poder e a construção do estado como uma máquina burocrática, para muitos estados nestes percursos históricos, nem sempre foram pacíficos e com facilidade na sua resolução, as composições étnicas e as suas clivagens históricas, que muitas delas têm ligações estreitas com as relações de dominação impostas pelo regime colonial (Woodward, 2017), foram trágicas até aos dias atuais (IBIDEM,2017). Neste tópico, as teorias que pretendo utilizar, vão de acordo a esta reflexão histórico-sociológica, política e de certa forma econômica, que irei aprofundar nos próximos tópicos com mais clareza.

No arcabouço teórico, será mais aprofundado sobre o que está nas motivações dos conflitos no continente africano, numa perspectiva sociológico-histórica mas também antropológica, política e econômica sob o conceito de estados falidos e como soluções a nível multilateral adotados pela China têm sido alternativa para acudir problemas que estes países enfrentam, baseado nas suas experiências e o princípio da solidariedade entre os povos. Para tal fim, falarei sobre as teorias das relações étnicas e a política, principalmente nos estados pós-independência no continente africano, também a teoria das guerras civis e o que está na base desses conflitos de formas a eles se tornarem contínuos até os dias de hoje. Por fim, também utilizarei a teoria sobre estados falidos e como esta classificação desemboca a possibilidade destes estados entrarem em uma guerra civil.

O debate sobre estados falidos emergiu em torno da década de 1990, quando dois embaixadores nomeadamente Gerald Helman e Steven Ratner, em 1992 num artigo publicado no *foreign policy magazine* chamado “*saving the Failed states*”⁶, classificaram os estados como incapazes de manter as características primordiais como membros da comunidade internacional (HELMAN e RATNER,1992). Os antecedentes aos estados falidos estão interconectados, entre eles, a guerra e um conjunto de outras formas de violência com menos intensidade, tanto guerras intra estatais como inter estatais, podem estar na origem dos estados falidos.

Como afirma Rotberg (2002), a classificação de estados falidos, é quando há um distanciamento da concepção weberiana de estado, ou seja, quando aquele estado se torna incapaz de manter

6. Ver Helman e Ratner (1992).

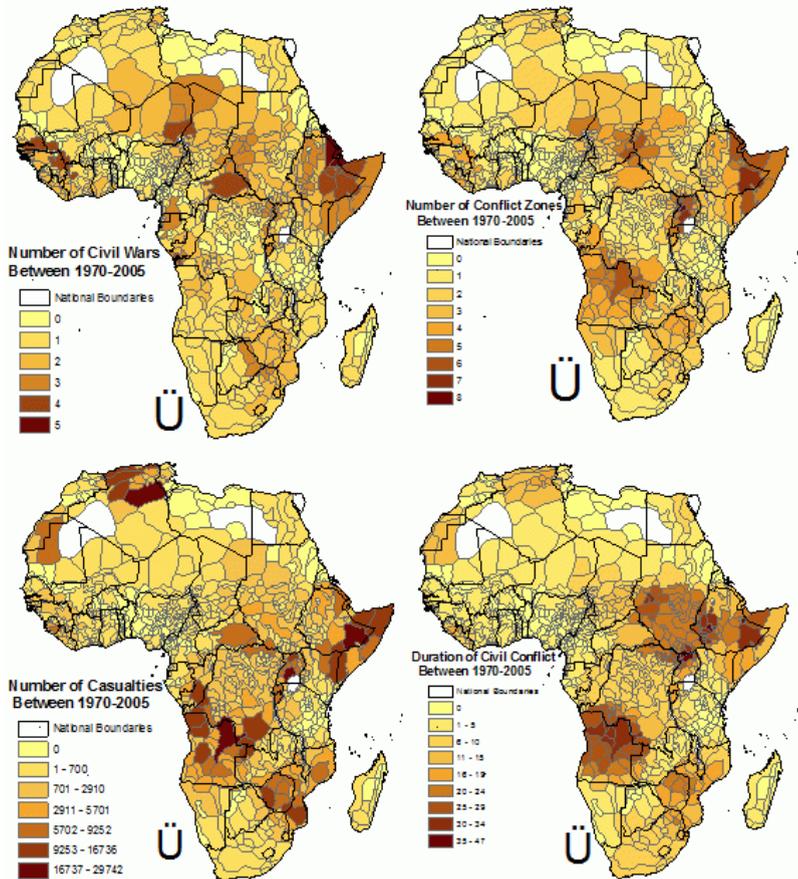
o monopólio da força física sobre os cidadãos de seu país ou dentro dos seus limites fronteiriços, como o mesmo afirma:

O caráter duradouro dessa violência (como em Angola, Burundi e Sudão), a direção dessa violência contra o governo ou regime existente e o caráter vigoroso das demandas políticas ou geográficas por poder compartilhado ou autonomia (...) O fracasso de um estado-nação se aproxima quando a violência se transforma em uma guerra interna total, quando os padrões de vida se deterioram maciçamente, quando a infraestrutura da vida cotidiana decai e quando a ganância dos governantes supera suas responsabilidades de melhorar seu povo e seus entorno(Rotberg,2002 P.24).

Os estados falidos originam-se a partir de diversos fatores e a sua última instância está na quebra do estado de direito e a decadência das instituições políticas capazes de garantir este princípio, ou período de transição de regimes políticos, chamado de anocracias (Vreeland, 2008 .P.604) nestas condições os estados falidos estão inabilitados de cumprir a sua tarefa enquanto estado-nação no mundo moderno (Rotberg,2002).As origens dos estados falidos podem variar de estado para estado e podem surtir efeitos diferentes em cada um dele, normalmente, guerras civis e interestatais podem estar na causas centrais, mas também golpes de estado palacianos ou militares podem abrir um leque de disputas brutais pelo poder, ataques terroristas e a incapacidade de resposta podem ser um outro fator importante.

Quando as nações entram para um ciclo de esgotamento institucional, as intervenções militares ficam ainda mais corriqueiras e a via encontrada por estes estados na busca pela restauração da ordem (Ezrow, Frantz, 2013), a exemplo disso, vimos o caso do Mali em solicitação a França, a Líbia pelos Estados Unidos, Síria pela Rússia e entre outros (Ezrow, Frantz, 2013). O surgimento de estados falidos estão atrelados a diversos fatores, entre eles, as dissidências internas entre o estado e grupos que buscam alterar algum tipo de ordem política vigente, ou a busca pelo poder. A revolta presente nestes grupos está atrelado a fatores históricos como: Divisão de fronteiras étnicas e culturais, criação de elites governativas que atendessem futuramente os interesses das ex colônias, rivalidades étnicas adquiridas, como o clássico caso do Ruanda, Sri lanka, ou ainda a inesquecível guerra na península balcânica.

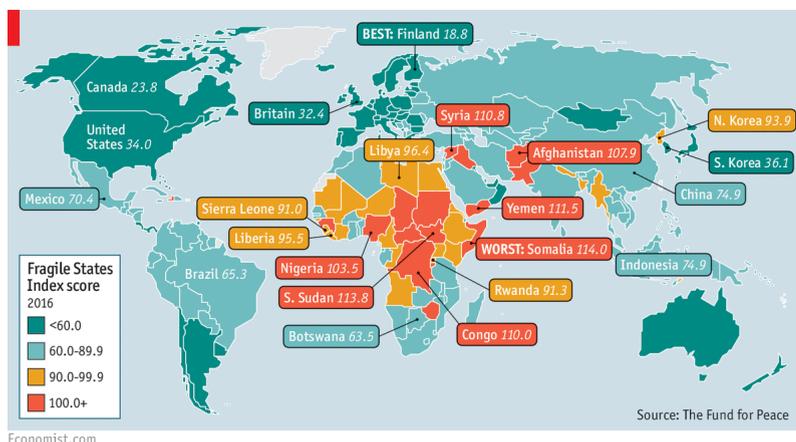
Figura.1: Distribuição espacial dos conflitos nos espaços étnicos geográficos no continente africano entre 1970-2005.



Fonte: Center of Economy and Policy Research, 2012

Ainda sobre o surgimento dos estados falidos em relação a violência organizada, quanto a sua origem como próprio Rotberg (2002) aponta, o terrorismo recorrente e a incapacidade de resposta dos estados para conter as ameaças, em muitos estados litoraneos, os crimes de pirataria em águas territoriais e adjacentes e também, a formação de grupos de violência organizada (Rotberg, 2002).

Figura. 2: Índice global de Estados Falidos no ano de 2016



Fonte: The Fund for Peace, 2016

O processo de estados falidos ele obedece um ciclo na qual os estados atravessam vários estágios até atingirem o nível de colapso, que é classificado como estágio final. Este ciclo inicia em um processo de fraqueza estatal, onde no estado em questão começam uma série de convulsões sociais, ou até mesmo ataques contra bens públicos e indivíduos, que colocam um determinado estado na condição de responder a estes ataques. Estes vão desafiar o ordenamento interno estatal e o seu aparato em si, em que numa primeira fase, o estado se torna incapaz de apresentar respostas face a estes desafios e não consegue responder às questões estruturais e básicas da sua população, até uma fase mais complexa, onde as instituições políticas e o ambiente político perdem as suas bases, clamando para uma disputa com recorrência ao uso da violência, com facções por todo o país (Rotberg,2002).

Os estudos étnicos, têm servido de estudo por diversas áreas de base, como também servido para outras áreas explicarem através dele, determinados acontecimentos, seja na ciência política, na sociologia, na antropologia ou nas Relações Internacionais, de um modo geral. Os grupos étnicos, têm uma extrema importância no espectro político, especialmente, no seu desenho institucional e também no processo de tomada de decisão, levando em conta as clivagens políticas, a sua formação sócio-antropológica que edifica as suas identidades. Como Daniel Posner (2005), afirma que as etnias moldam as instituições políticas com as suas preferências, assim

como as instituições políticas também moldam os grupos étnicos. Deste modo, os grupos étnicos, defendendo as suas identidades e buscar a manutenção delas, podem desencadear conflitos entre si, e com o estado ou o governo central, reivindicar direitos como inclusão política, maior assistência econômica, e com isto pretende-se esmiuçar os conceitos de etnicidade e como os grupos étnicos entram em conflito e de que forma são motivados (Posner,2005).

A maioria dos países têm a sua população multiétnica e multicultural, seja fruto de um processo natural e legítimo de ocupação daquele espaço geográfico ou ao longo do tempo, fruto de migrações por diversas razões socioeconômicas e políticas que assolam o mundo. Existem nações com mais de um grupo étnico e que ocupam a posição de majoritário em termos de número, da mesma forma, que existem países mais heterogêneos, em que a composição étnica ultrapassa dois grupos. A questão dos conflitos étnicos e a sua associação direta com instrumentos de violência, dá-se a partir da politização desses grupos étnicos e a ascensão da etnicidade (Posner,2005). As questões identitárias, como língua, religião e antecedentes históricos, são as principais categorias de divisão na multidimensionalidade dos grupos étnicos (Posner,2005).

As clivagens étnicas são produzidas a partir desses aspectos, sendo que um grupo dominante se sobrepõe ao outro como um expoente de dominação, fato esse reivindicado pelo grupo étnico subjugado. Ainda essas clivagens étnicas, podem produzir divisões nas estruturas ideológicas em uma determinada nação (Brown,1996), levando a cada um dos grupos a uma visão própria do que seria um modelo de estado-nação, sendo inevitável a recorrência a violência física. Por outro a construção social dos fatores culturais e a simbologia que carrega a sua identidade são imprescindíveis para analisar esses confrontantes, como afirma Horowitz

(in Senehl, et.al,2023) expõe o seguinte:

Uma explicação estrutural do conflito etnopolítico, começa com a origem dos grupos étnicos(...) e o entendimento “etno-simbolista” em que os elementos culturais como símbolo, mito, memória, (...) e tradição [são] cruciais para uma análise de etnicidade, nações e nacionalismo” (Senehl, et.al, 2023, p.21,adaptado)

As guerras civis de cunho étnico, são as mais recorrentes no continente africano, assim como em muitas partes do globo, devido a diversos fatores, um deles é a estrutura das instituições políticas depredadas pelo colonialismo europeu preexistentes a sua chega-

da, outras são as confissões religiosas dominantes que antagonizam a sociedade e tornam umas mais predominantes em relação às demais, sendo que muitos dos grupos étnicos, são seguidores de determinada confissão religiosa, tornando estes muita das vezes insolúveis (Bercovitch, Derouen, 2007).

Historicamente no final dos séculos XX e princípio do presente século, diversos países mergulharam em sangrentos conflitos e guerras civis de cunho étnico como em Angola, Libéria, Sudão, Birmânia, Camboja, Sri Lanka, Líbano. Segundo os mesmos autores (2007), definem guerras civis de caráter étnico, “aquelas em que grupos que possuem um senso de identidades sejam coletivas ou separadas, com ancestralidade e historiografia comum e atrelados a um determinado espaço territorial” (Bercovitch, Derouen, 2007,p.1). Os conflitos étnicos são dos mais sensíveis categorias de conflitos, por fatores já mencionados e que em muitos dos casos, são considerados intratáveis; pela profundidade histórico-sociológica das questões defendidas por cada um dos grupos e pelos conflitos serem historicamente contínuos.

Os conflitos internos como são comumente chamados, são potenciais ou reais conflitos que se sucedem dentro das fronteiras de um estado. Numa primeira forma, estes conflitos, se organizam dentro dos limites estatais através de grupos (Brown,1996). Os conflitos internos, como exemplo, podem ser violentos ou tendenciosas disputas políticas, envolvendo identidades militares e civis, grupos secessionistas, grupos étnicos (Brown,1996).

Segundo Brown (1996) Existem pelo menos quatro causas que segundo o autor, estão na origem destes conflitos, que são, os fatores estruturais que normalmente estão ligados ao conceito de estados falidos, questões de segurança interna e ordem pública, a geografia étnica, o segundo fator é o político que estão as instituições políticas discriminatórias, ideologias exclusionárias nacionais, elites políticas. O terceiro, são os fatores econômicos, que são a globalização, o sistema econômico e o sistema econômico discriminatório, e por último, os fatores culturais e perceptuais, como discriminação cultural, grupos históricos conflitantes (Brown,1996,P.14).

Segundo o Paul Collier (et.al,2003, P.11), a guerra civil define-se como um conflito armado quando uma organização rebelde identificável desafia o governo militarmente resultando em violência e na qual gera mais de mil mortes ligadas ao combate, com

pelo menos 5% de cada lado. Fica evidente, de certa forma, que as guerras civis são os estágios das manifestações de violência mais avançadas dentro de um estado, envolvendo um emprego de forças bastante considerável de ambas partes envolvidas no conflito. Como ainda afirma o autor, existem outras formas de manifestação de violência, mas que ocorrem em menor escala, como protestos, conflitos civis, rebeliões, levantes (Collier, et.al,2003).

2.5- História das Relações Sino-Africanas

As relações sino-africanas na metade séc. XX são resultado de uma iniciativa que provém da República Popular da China, no continente, devido ao paradigma em que o continente vivia, ainda sob jugo colonial, apoiando os movimentos de libertação. A presença diplomática, além de muito ativa durante um certo período, passou por outras áreas de cooperação técnica e econômica em países como : Mali, Tanzânia, Mauritânia, Congo Brazzaville, Guiné, Zâmbia, na década de 1960 (Ogunsanwo,1974).

A situação internacional bipolar da época, e aos eventos históricos internos, como a política do salto adiante e da revolução cultural, entre 1958 e 1976, respectivamente (Spence,1990), deu à recém-proclamada China popular, um desafio de afirmação, tendo o seu objetivo de fortalecimento das relações com o terceiro mundo e não-alinhamento, gerado choques ideológicos. A ruptura Sino-soviética, sendo a última já bem presente no continente africano, colocaram a China numa posição desafiante, dando início a uma disputa ideológica bipolar no continente. A presença diplomática chinesa no continente foi muito subjugada, devido a sua dimensão, por ser uma nação ser relativamente nova no processo, mas a sua expansiva e ideológica missão, dava passos cada vez mais largos (Brautigam, 2009)

O processo de independência no continente surge através de processos variados em todo continente e em períodos diferentes, uns de forma mais violenta como nos países do Norte de África, no Quênia, com a revolução Mau-Mau, (Ekwe-Ekwe, 1990) outras de forma gradual e pacífica. As causas anti-imperialistas tiveram no cerne da aproximação sino-africana, ajudando estes países a se libertarem do domínio imperialistas, sendo a China no passado uma vítima deste processo. O primeiro-ministro chinês Zhou En-Lai, lança os cinco princípios da coexistência pacífica (: *Hépíng gòngchǐ w xiàng yuánzé*) (Bandung, 1955) que são:

1. O mútuo respeito pela soberania e a integridade dos territórios.
2. Não-agressão mútua.
3. A Não ingerência nos assuntos internos de uns aos outros.
4. Igualdade e benefícios mútuos.
5. Coexistência pacífica.

O périplo africano por dez países realizado pelo presidente Zhou En-lai, se deu entre os anos de 1963 e 1964, entre as razões, as ajudas externas concedidas aos recém-independentes países africanos para que iniciassem os seus processos de desenvolvimento e reduzissem a dependência. Uma outra razão, foi o desejo de privilégio nas relações com essas nações por parte da China, não esquecendo dos turbulentos momentos em que o país vivia com a União Soviética. A China enxergava no continente africano uma verdadeira extensão do campo revolucionário para o campo socialista, criando alicerces para a vanguarda anti-imperialista (Jackson, 1995).

Segundo Ogunsanwo (1974,P.18), existiam nos anos 1950 pelo menos três categorias de atividades de acordo com o status de cada área:

1. Os países africanos independentes, considerados de progressistas e anti-imperialistas.
2. Áreas coloniais avançadas, como a Argélia, Camarões e numa menor extensão o Kenya.
3. Territórios coloniais, que até então estiveram relativamente pacíficos, mas com uma ascensão do conhecimento político da época e em alguns casos, levantaram um clamor pela independência.

A missão da China popular no continente africano, exigiu uma habilidade e perspicácia para executar a sua política no continente, as convulsões sociais, os eixos pró-ocidentais e a recém formação de estados, deram requerimento a uma envolvimento muito cuidadosa. Os objetivos chineses continente podem ser classificados em curto e longo prazo (Ogunsanwo,1974), em que o primeiro, remete a quebra de uma barreira propagandística de suspeita de imperialismo e para isso, a China estendeu relações diplomáticas, fortalecer o comércio e em certos casos, fornecer ajuda externa, convencendo governos de adotar posição anti-imperialista (Jackson, 1995).

O objetivo de longo prazo, era a capacitação tático-militar de cunho revolucionário, a população indígena que mais tarde se transformou em movimentos de libertação, transformando o continente africano numa verdadeira ala comunista. Ainda, a China

pretendia assegurar o reconhecimento do governo de Beijing em detrimento de Taipé, para isso, o compromisso de exportar a revolução e ajudar esses países a alcançar a sua independência, era indispensável para conseguir tal objetivo (Brautigam, 2009).

Após o presidente Zhou En-Lai, visitar as nações africanas, no Gana junto ao presidente Kwame Nkrumah, evidencia os oito princípios da ajuda externa chinesa, e em seguida, disponibilizou um pacote avaliado em 120 bilhões de dólares à: Tanzânia, Mali, Gana, Congo-Brazzaville e doravante, à países mais conservadores como Nigéria e Quênia (Brautigam,2009).

As ajudas chinesas de certa forma tendiam mais a aqueles países que eram tendenciosamente de orientação socialista e que adotaram políticas em zonas rurais, espelhando-se no modelo chinês maoísta , países como Tanzânia, Guiné. No caso da Tanzânia, o Presidente Julius Nyerere, implementou o sistema coletivista de cultivo apreciado na China, associando ao seu viés próprio de socialismo africano conhecido como *Ujamaa* (Rotberg, 2008). Por fim, a presença da China em Angola e Moçambique nos seus movimentos de libertação também foram notórios apesar de breves, devido ao seu impasse com a União Soviética.

2.7- A China e sua Contribuição para as Missões de paz no Continente: Coexistência Pacífica e Prosperidade Comum

A preocupação com a paz e a segurança é constante entre as nações e a cada dia que passa, novas ameaças vêm sendo descobertas e incorporadas pelos estados. Em um mundo cada vez mais globalizado, a segurança entre os estados repercute diretamente em outros estados, e desperta a atenção das organizações internacionais competentes, quer seja na economia dos estados, quer seja na política e na geopolítica e geoestratégia dos estados. A diplomacia preventiva multilateral e também a diplomacia dos estados, responsabilizam-se em levar mecanismos de mediação de conflitos a estados na qual tenham esgotado todas as instituições políticas e formas de alcançar a paz, isto é, os países e as organizações internacionais vão envidando esforços para buscar a paz no continente (Richardson, 2011) .

As missões de paz passaram por um processo evolutivo em diversas dimensões de acordo com a complexidade das missões e os fenômenos centrais, que cada conflito apresenta, um dos seus

grandes objetivos é a busca da paz e da estabilidade mundial, encontrando da negociação, a solução de litígios entre os estados. Como presente na sua carta constitutiva, ou seja a Carta de São Francisco, nos capítulos VI, VII E VIII, os estados membros devem buscar a negociação, conciliação e a mediação para resolver qualquer impasse (Thakur, 2006).

Segundo Kenkel (2013, p.124), às missões de paz, passaram por uma evolução histórica que conta com três fases no seu propósito central e conta com cinco gerações desde a primeira missão em 1948 no Médio Oriente. As três fases históricas, consiste no uso da força por parte das missões de paz, passando pela integração local do conflito e a última é o *responsibility to protect (R2P)*⁷ que consiste na proteção de civis e de apoio humanitário. As cinco gerações, passam pelas tradicionais missões de paz, as tarefas civis, o *peacebuilding* ou seja, a construção da paz e as missões híbridas.

A China tem como estratégia na sua política externa a consolidação de um mundo harmonioso e pacífico, desde o período imperial até hoje. A participação da China em missões de paz, busca aumentar o prestígio internacional e a criação de bases para que assim se torne uma potência, a promoção dos seus interesses nacionais e internacionais, bem como a construção de uma *soft power*, baseado na solidariedade para com as nações arrasadas pelos conflitos internos e guerras civis (Herman, 2015).

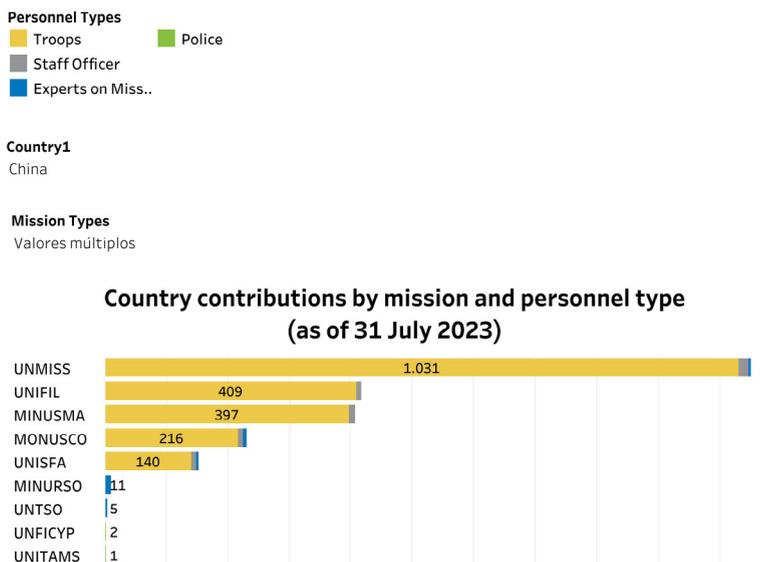
A segurança energética chinesa e o suprimento de matéria-prima, condicionam o governo chinês de buscar e investir em novos mercados e o continente africano é um dos maiores depósitos tanto de petróleo, gás natural, quanto de minérios e outros recursos. A estabilidade política do continente africano é crucial para o dinamismo econômico e para que os suprimentos destas cadeias de produção continuem sem interrupção e obstrução. Diante a esta gama de iniciativas criadas pela China e o seu apelo ao multilateralismo, o ex secretário-geral das Nações Unidas Ban Ki-Moon e o ex vice-secretário Asha-Rose, não pouparam manifestações acerca do desempenho da China e o seu compromisso com as missões de paz (Alden, 2018).

Ainda, a desconstrução de uma imagem depreciada da China, pelos países ocidentais, com base em alguns eventos históricos, como no caso do massacre da paz celestial, foi uma das motivações

7. Ver Thakur (2006, p.244)

centrais de ter investido em missões de paz se ser uma mais proeminente adepta ao multilateralismo.

Tabela.1: Contribuição humana da China em Missões de Paz em Julho de 2023.

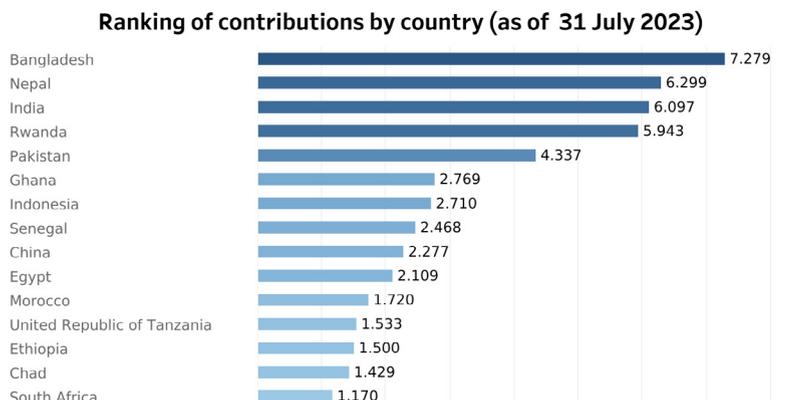


Fonte: Nações Unidas, 2023.

No ano de 2009, em Beijing, o exército popular de libertação realizou uma conferência sobre missões de paz, com a finalidade de capacitar as tropas taticamente e capacitando-as para desempenhar funções típicas nas missões de paz. Isto mostra a verdadeira preocupação da China em promover a paz ao redor do mundo, defendendo também os seus interesses no seio multilateral. Como o gráfico acima aponta, é na missão de paz no Sudão do Sul, em que a China possui mais contribuição humana, totalizando 1.031 de capacetes azuis coincidentemente, foi a missão que a China mais teve êxito até a presente data, com a sua infantaria mecanizada posta, neste país em 2012 (Herman,2012 P.43).

Foi justamente no continente africano em que a China deu suporte pela primeira vez numa missão de paz, em 1993, nas forças-tarefa unidas, e foi na Somália, onde colocou a disposição as suas forças militares na UNOSOM, operação das Nações Unidas na Somália,entre março de 1993 e 1995 (Alden,2018).

Tabela.2: Ranking dos 15 países que mais contribuem com pessoas em missões de paz em julho de 2023.



Fonte: Nações Unidas, 2023.

A China, desde o princípio da década de 2000, buscou restaurar o seu prestígio internacional, em especial no continente africano de diversas formas. Uma das formas, foi, aumentado categoricamente o seu volume de contribuição, como vê-se no gráfico acima colocado, está posicionada em 9º lugar, como contribuidora de pessoal em missões de paz, totalizando em 2.277 pessoas, entre capacetes azuis, polícias e especialistas em segurança pública, pessoal administrativo, engenheiros (Nações Unidas, 2023). Por outro lado, foi se abstendo do voto de veto e suporte às intervenções humanitárias e as missões de paz, que ao contrário do passado, a China se baseava em um dos princípios primordiais do direito internacional, que é o da não-intervenção nos assuntos internos dos estados.

Como aponta Fung (2019) em um estudo de caso sobre a intervenção chinesa no Sudão e conseqüente, as relações bilaterais, mediante a crise, China manteve as prerrogativas supracitadas, deixando a cargo interno, a resolução da crise, e a continuidade da crise de certa forma esteve ligada a decisão da China de não intervir assim, o autor afirma:

A crise de Darfur estava inextricavelmente ligada à China. A China enfrentou um desafio de críticas sobre a sua relação diplomática, econômica e armamentista com o Sudão (...) Como afirmou o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Zhou Wenzhong, em 2004, “negócios são negócios” [a] situação interna no Sudão é um assunto interno (Fung, 2019, p. 63).

Após as medidas não mostrarem resultados satisfatórios, pondo em risco a reputação internacional da China, a partir daí, os seus jogos olímpicos foram apelidados de “*genocide olympics*” (Fung, 2019). O discurso de Hu Jintao em 2005, demonstra o oposto das posições chinesas diante das questões de paz e segurança, dando a China uma margem de manobra e se comprometendo com os conflitos que assolam o mundo. Foi assim que a China decidiu enviar o seu contingente à UNAMID, missão de paz no Sudão.

2.8- Conclusão

A experiência chinesa histórica em conflitos confere à China, uma motivação interna para a busca da paz e estabilidade mundial, uma vez que a violência é uma “prática civilizacional” e que precisou de ser controlada ao longo da história. O envolvimento da China em missões de paz e em especial ao continente africano, apesar de recente, tem surtido efeitos e foi baseada em acertos e erros e que não se pode esquecer, de forma mais assertiva, não-letal e para o caso africano, adequada para eliminar os obstáculos da paz.

A dimensão multilateral, permitirá a China, gozar de uma imagem internacionalmente mais aceita e sua mais ambiciosa e já presente missão na transformação da ordem global, combatendo o isolamento diplomático, a manutenção das relações de independência e resgatando as relações materiais e ideacionais mantidas com os países africanos desde os movimentos de independência. Para o continente africano, a presença da China nas missões de paz no continente, de uma primeira forma, muda o paradigma tradicional das missões de paz no continente, como o uso desenfreado de violência e o desconhecimento sobre as dimensões internas e locais do conflito, na busca da reestruturação dos valores da democracia ocidental (Wuthnow, 2013) nestes países. Segundo, a partilha da China de uma história similar a destes países em termos de conflitos internos, também herdados de transgressões e interesses imperialistas, mobiliza a China na busca da paz e a estabilidade do continente africano, promovendo o progresso econômico a estabilidade política encopassando com os princípios da coexistência pacífica e da ascensão harmoniosa e prosperidade comum (Jintao, 2005)

A permanência da China no assento dos “grandes cinco” do conselho de segurança corrobora com a tendência da construção de um mundo multipolar, e criando novas formas de intervenção e

de resolução dos conflitos a nível mundial. As ações da China, por meio dos canais multilaterais, demonstraram formas menos agressivas e eficazes de buscar a estabilidade e a paz coadunando com os 5 princípios da coexistência pacífica (Bandung, 1960) no seio do continente (Wuthnow, 2013), estimulando o crescimento da economia com projectos de financiamento, a capacitação humana, mantendo o número de voluntários não só liga as forças de defesa mas também de diversas áreas para atender os problemas populacionais.

Através dessa perspectiva, a China vem transformando a ordem global e internacional com novas formas de intervenção, questionando a predominância ocidental e neo-liberal liderado pela União Europeia e os Estados Unidos no conselho de segurança, clamando assim, por mais países e nações a adaptarem os seus modelos de formas a conter intervenções ilegítimas e violentas, em países como Iraque, Síria, Ruanda, entre outros.

Bibliografia

ALLMAN, Jean. Between the Present and History: African Nationalism and Decolonization. In: PARKER, John; REID, Richard (ed.). **The Oxford Handbook of Modern African History**. London, United Kingdom: Oxford University Press, 2013. cap. 2, p. 224-240. ISBN 978-0-19-957247-2.

ALDEN, Chris *et al.*, (ed.). **China and Africa: Building Peace and Security Cooperation on the Continent**. New York, USA: Palgrave Macmillan, 2018. 401 p.

ASIAN-AFRICAN CONFERENCE. Bandung Conference. July de 1955. **BANDUNG CONFERENCE : TEXTS OF SELECTED SPEECHES AND FINAL COMMUNIQUE OF THE ASIAN-AFRICAN CONFERENCE BANDUNG, INDONESIA,** Bandung, Indonesia, 13 abr. 1955. Disponível em: <https://dn720002.ca.archive.org/0/items/selecteddocument00asia/selecteddocument00asia.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRAUTIGAM, Deborah. **The Dragon's Gift: The Real story of China in Africa**. New York: Oxford University Press, 2009. 414 p.

BERCOVITCH, Jacob; DEROUEN, Karl. **Managing Ethnic Civil Wars: Assessing the Determinants of Successful Mediation**. Civil Wars, London, p. 1-20, 24 jan. 2007. DOI10.1080/13698280500074453

.Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13698280500074453>. Acesso em: 3 abr. 2023.

BROWN, Michael E. **The International dimensions of Internal Conflict**. California, United States: MIT Press, 1996. 653 p.

COLLIER, Paul *et al.* **Breaking the Conflict Trap: Civil war and Development Policy**. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2003. 239 p.

EZROW, Natasha; FRANTZ, Erica. **Failed States and Institutional Decay: Understanding Instability and Poverty in The Developing World.** New Delhi: Bloomsbury, 2017. 401 p.

EKWE-EKWE, Herbert. **Conflict and intervention in Africa:** Nigeria, Angola, Zaire. New York: Palgrave Macmillan, 1990.

FUND FOR PEACE (Washington D.C, United States of America). **Fragile States Index.** Global Data. In: FUND FOR PEACE (Washington D.C, United States of America). *Fragile States Index.* Washington, United States of America, 2023. Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/global-data/>. Acesso em: 7 maio 2023.

FUNG, Courtney J. *CASES: Status and Intervention in Darfur, Sudan 2004–2008.* In: FUNG, Courtney J. **China and Intervention at the UN Security Council: Reconciling Status.** New York: Oxford University Press, 2019. cap. cap.III,part.4, p. 63-88. 302.p

PENG Guanqian; ZHAO Zhiyin; LUO Yong **China's National Defense.** Beijing: China Intercontinental Press, 2010. 154 p.

HERMAN, Fanie *et al*, (ed.). **China 's African Peacekeeping Decision-Making in Hu Jintao 's Era.** New Delhi, India: Vij Books India, 2018. 247 p.

HELMAN, Gerald B., and Steven R. Ratner. **"Saving Failed States."** *Foreign Policy*, no. 89, 1992, pp. 3–20. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/1149070>. Acesso em 4 de Maio de 2023.

JACKSON, Steven F. **"China's Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique, 1961-93."** *The China Quarterly*, no. 142, 1995, pp. 388–422. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/655421>. Acesso em 2 de Julho de 2024.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos. **China and Market Socialism: A New Socioeconomic Formation.** *International Critical Thought*, [S. l.], p. 1-18, 15 mar. 2021. DOI 10.1080/21598282.2021.1886147. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21598282.2021.1886147>. Acesso em: 23 mar. 2023.

JINTAO, Hu. **Build Towards a Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity** (Traduzido). In: JINTAO, Hu. *Statement by H.E. Hu Jintao President of the People 's Republic of China At the United Nations Summit.* New York, 15set.2005. Disponível em: <https://www.un.org/webcast/summit2005/statements15/china050915eng.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

KENKEL, Kai Michael. **Cinco gerações de operações de paz:** de “tênu e linha azul” a “pintar um país de azul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, p. 122-143, 18 mar. 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mTGNK7hRXJBmJvmQmdQCZrh/abstract/?lang=en>. Acesso em: 23 mar. 2023.

LIN, Justin Yifu. **Demystifying the Chinese Economy.** United Kingdom: Cambridge University Press, 2011. 330 p.

LIN, Justin Yifu; YAN, Wang. **Going Beyond Aid: Development Cooperation for Structural Transformation.** United Kingdom: Cambridge University Press, 2017. 216 p.

LEVATHES, Louise. *When China Ruled the Seas: The Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405-1433*. London, United Kingdom: Oxford University Press, 1997. 256 p.

MELBER, Henning. Africa and China: Old stories or New Opportunities. In: MURITHI, Tim (ed.). **Handbook of Africa's International Relation**. 1st Edition. ed. London, United Kingdom: Routledge, 2014. cap. Part 5: Africa and International Partnerships, p. 333-337. ISBN 9781857438277.

NAÇÕES UNIDAS (Nova Iorque). Missões de paz. Ranking of contributions by country (as of 31 July 2023). In: NAÇÕES UNIDAS (Nova Iorque). **MISSÕES DE PAZ. TROOP AND POLICE CONTRIBUTORS**. Nova Iorque, 2023. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>. Acesso em: 11 set. 2023.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means to success in World Politics**. New York: New York: Public Affairs, 2004. 212 p.

OGUNSANWO, Alaba. **China's Policy in Africa 1958-71**. New York: Cambridge University Press, 1974. 332 p.

.Center for Economy and Policy Research: **The long-run effects of the Scramble for Africa**. In: CEPR. VOXEU COLUMN DEVELOPMENT. [S. l.], 6 jan. 2012. Disponível em: <https://cepr.org/voxeu/columns/long-run-effects-scramble-africa-0>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (Beijing, China). Ministry of Foreign Affairs. Position **Paper on China's Cooperation with the United Nations**. Beijing, China, 2021. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/wjzcs/202110/t20211022_9609380.html. Acesso em: 22 mar. 2023.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (San'a Yemen). People's Republic of China embassy in the Republic of Yemen. **Carrying Forward the Five Principles of Peaceful Coexistence in the Promotion of Peace and Development**. San'a, Yemen, 2004. Disponível em: http://ye.china-embassy.gov.cn/eng/xntjgk/200406/t20040628_1853470.htm. Acesso em: 22 mar. 2023.

POSNER, Daniel. Introduction: ; II: Accounting the Ethnic Coalitions - Building choices: The Concept of Ethnic politics; Explaining the Changing Patterns of Ethnic Politics. In: POSNER, Daniel. **Institutions and Ethnic Politics in Africa**. New York: Cambridge University Press, 2005. cap. Introduction; II. 177 p.

RICHARDSON, Courtney J. **A Responsible Power? China and the UN Peacekeeping Regime. International Peacekeeping**, [S. l.], p. 3-14, 15 jun. 2011. DOI 10.1080/13533312.2011.563082. Disponível em: <https://researchers.mq.edu.au/en/publications/a-responsible-power-china-and-the-un-peacekeeping-regime>. Acesso em: 30 jun. 2024.

RICHMOND, Oliver P. **Failed Statebuilding: Intervention and the Dynamics of Peace Formation**. New Haven: Yale University Press, 2014. 293 p.

ROTBERG, ROBERT I., editor. **China into Africa: Trade, Aid, and Influence**, Brookings Institution Press, 2008, pp. i-iv. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/10.7864/j.ctt6wphrg.1>. Acesso: 7 Mai. 2024.

ROTBURG Robert, '**O fracasso e o colapso dos Estados-nação**: colapso, prevenção e reparação', em Rotberg (ed), *When States Fail: Causes and Consequences*, Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004, p 5. Acesso em 03/09/2024

SENEHI, Jessica *et al.* **Routledge Handbook of Peacebuilding and Ethnic Conflicts**. New York: Routledge, 2023. 393 p.

SPENCE, Jonathan D. **The Search For Modern China**. First Edition. ed. New York: Norton Company, 1990. 1044 p.

THAKUR, Ramesh. Part III- Hard Security Issues: The Responsibility to Protect. *In*: THAKUR, Ramesh. **The United Nations Peace and Security**. London, United Kingdom: Cambridge University Press, 2006. p. 244-264. 388 p.

TEMBE, Paulo Elicha; KANGNING , Xu. **China- Africa Economic Cooperation: The Chinese Companies contributions to Africa Development - The Case of Mozambique and Angola**. Research in World Economy, [s. l.], ano 2013, v. 4, ed. 2, p. 61 - 74, 27 jul. 2013. DOI 10.5430. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5430/rwe.v4n2p61>. Acesso em: 1 jul. 2024.

VREELAND, James Raymond. **The Effect of Political Regime on Civil War**: Unpacking Anocracy. *Journal of Conflict Resolution*, [S. l.], v. 52, n. 3, p. 1-26, 28 maio de 2008. DOI 10.1177/0022002708315594.

Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022002708315594>. Acesso em: 30 jul. 2023.

WOODWARD , Susan L. **The Ideology of Failed States: Why Interventions Fail**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2017.

Wuthnow, Joel. (2013). **Chinese Diplomacy and the UN Security Council: Beyond the Veto**. *Chinese Diplomacy and the UN Security Council: Beyond the veto*. 1-220. 10.4324/9780203082041.

VOGEL, Ezra F. (26 de setembro de 2011). **Glossary** . *Deng Xiaoping and the Transformation of China*. [S.l.]: Harvard University Press. ISBN 9780674055445. LCCN 2011006925. OCLC 756365975

ZHANG QingMing. **China's Diplomacy**. Beijing: China Intercontinental Press, 2010. 160 p.

Zoubir, Y.H. (2023) **Algeria and China**: Shifts in political and military relations. *Global Policy*, 14(Suppl. 1), 58– 68. Available from: <https://doi.org/10.1111/1758-5899.13115>